

O Rearmamento da Europa

Rearmar a Europa: do Abstrato ao Concreto
António Eugénio

Três Passos para a Defesa Europeia
Carlos Gaspar

A Europa Geopolítica – o Dilema Nuclear
Jorge Rodrigues

A Perspetiva das Crises Complexas e da Preparação Adaptativa
Carlos Coutinho Rodrigues

Países-Terceiros e o Rearmamento da Europa
Bruno Oliveira Martins

DIRETORA

Isabel Ferreira Nunes

COORDENADOR EDITORIAL

Luís Cunha

CENTRO EDITORIAL

Filipa Teles

PROPRIEDADE, DESIGN GRÁFICO E EDIÇÃO

Instituto da Defesa Nacional

ISSN 2182-5327

Depósito Legal 340906/12

O Rearmamento da Europa

Rearmar a Europa: do Abstrato ao
Concreto
António Eugénio
Assessor de Estudos do
Instituto da Defesa Nacional (IDN)

Dois estudos recentes começaram a especificar o que seria necessário para “defender a Europa sem os Estados Unidos da América”. O primeiro, publicado conjuntamente pelo Instituto Kiel, em Berlim, e pelo *think tank* Bruegel¹, em Bruxelas, concentra-se na componente de defesa terrestre, justificada pela conjectura de que a principal ameaça à Europa é uma invasão russa. Este estudo não aborda as outras forças, designadamente a naval e a aérea, deixando explicitamente de fora questões relacionadas com o armamento nuclear e com a guerra híbrida. O segundo estudo, lançado pelo Instituto Internacional para os Estudos Estratégicos² em meados de maio de 2025, calcula em 900 mil milhões de euros o custo acrescido aos planos já existentes para financiar a capacidade militar europeia, detalhando o tipo de equipamento norte-americano afeto aos planos de contingência da NATO, que teria de ser substituído por sistemas europeus equivalentes. Este trabalho refere ainda que, embora tenha havido um incremento substancial no *procurement* de sistemas terrestres em toda a Europa, pouca atenção e urgência têm sido alocadas às plataformas navais e aéreas. Estas análises podem juntar-se a diversos documentos surgidos previamente, que comungam os objetivos de não só aprofundar a discussão estratégica europeia, mas também informar a decisão política aos diversos níveis. Com efeito, importa assinalar a publicação dos quatro relatórios que antecederam a tomada de posse da segunda comissão Von der Leyen (Draghi,

Heitor, Letta, Niinistö) e de outros documentos estratégicos, como a Bússola Estratégica para a Segurança e a Defesa, de 2022, o Plano de Desenvolvimento de Capacidades da Agência de Defesa Europeia de 2023 e o Livro Branco para a Defesa Europeia – Prontidão 2030, já deste ano³. No entanto, é preciso alargar ainda mais a abrangência dos estudos. Mesmo que se chegue a uma redução negociada de forças convencionais americanas, compensada por forças de origem europeia, e à instituição de um Mercado Único de Defesa na Europa, uma questão fica por esclarecer: que tipo de potência quer ser a União Europeia? Uma potência terrestre ou uma potência marítima? Até à data, não há registo histórico de uma nação que tenha logrado ser ambas simultaneamente por muito tempo.

A resposta à questão anterior reveste-se de urgência, pois os investimentos a serem decididos a curto prazo poderão talhar irreversivelmente a política externa da UE e condicionar opções futuras que limitam a liberdade estratégica da organização. Uma observação simples para a dificuldade de substituição dos meios americanos mais sofisticados é que estes foram sendo concebidos e implementados ao longo de décadas numa perspetiva de defesa própria avançada de uma potência essencialmente marítima. Em consequência, os Estados Unidos da América assentaram a sua defesa, a seguir à Segunda Guerra Mundial, numa lógica de projeção do poder militar para as regiões que importavam mais aos

seus interesses, dando algum alívio aos poderes políticos locais nessa elaboração estratégica. Neste contexto, a segunda administração Trump pode causar muita perplexidade aos atlantistas convictos, mas, para já, teve o mérito de acabar com uma certa ambiguidade americana face à autonomia estratégica europeia. O Secretário de Defesa Pete Hegseth declarou priorizar o empoderamento europeu, mesmo sem especificar muito bem como será alcançado, e o Presidente Donald Trump afirma sistematicamente que a “A Europa tem de pagar mais”. Estamos, pois, perante uma oportunidade histórica para pôr fim ao período de liderança norte-americana nas questões securitárias europeias gizadas nas últimas oito décadas. É aqui que começa o principal exercício estratégico, definindo os fins, antes dos meios e das modalidades de ação.

O horizonte de curto prazo, até 2030, está razoavelmente especificado e vai no sentido de ser alcançada alguma força dissuasora contra a ameaça mais insinuante que é, de facto, um assalto russo aos países bálticos ou à Finlândia. Mas poderá a Europa ficar indiferente a uma presença cada vez mais assertiva da China no Norte de África? Que medidas deverão ser tomadas para conter a crescente influência chinesa no Atlântico, seja proveniente de sul, seja pela Rota da Seda Polar? E se houver uma concertação entre as grandes potências continentais da Eurásia, China e Rússia? Como defender uma península com uma larga frente marítima, num continente com 70% da população mundial?

Atualmente, mais de 80% do comércio mundial é conduzido por via marítima. Na vizinhança da Europa, existem três pontos principais de estrangulamento, designadamente os Estreitos de Gibraltar e do Bósforo e o Canal do Suez, ao invés do continente americano, que tem somente um, o Canal do Panamá. Por um lado, a crescente ameaça

ao tráfego marítimo proporcionada por drones e mísseis antinavio, lançados por forças irregulares sob comando de países hostis, não pode ser nem alheia ao debate sobre a autonomia estratégica europeia, nem dependente dos humores de uma liderança política fora do continente europeu.

Por outro lado, existem grandes lacunas na defesa antimíssil e noutras capacidades das forças aéreas europeias, nomeadamente em transporte estratégico, reabastecimento aéreo e plataformas de recolha de informações, entre outras. Também nos domínios ciber e do espaço estão identificadas enormes dependências europeias relativamente aos sistemas norte-americanos, assim como, genericamente, em matérias nucleares e das tecnologias da base de transformação digital, habitualmente referidas como facilitadores estratégicos ou multiplicadores de força. Cada vez mais, estes sistemas estão no cerne das capacidades militares, secundados pelas forças convencionais.

Portanto, para lá dos debates sobre que percentagem do PIB devem os países europeus atribuir aos orçamentos de defesa e sobre o desenvolvimento de uma base industrial de defesa europeia, quanto mais estudos abrangentes e detalhados existirem, mais informação estará disponível para uma decisão política esclarecida e realista perante os enormes desafios estratégicos que a Europa tem pela frente. O principal será estabelecer um nível de ambição face a outras potências.

Se os europeus não decidirem um nível de ambição para a Europa, a alternativa será sempre a de outros atores políticos decidirem o que os europeus podem alcançar.

Notas

¹<https://www.bruegel.org/analysis/defending-europe-without-us-first-estimates-what-needed>

²<https://www.iiss.org/research-paper/2025/05/defending-europe-without--the-united-states-costs-and-consequences/>

³Todos estes documentos encontram-se disponíveis na Internet.

Três Passos para a Defesa Europeia

Carlos Gaspar

Professor Catedrático Convidado da UAL
Assessor do Instituto da Defesa Nacional e
Investigador do IPRI-NOVA

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a defesa europeia é garantida pelos Estados Unidos e pela sua aliança com as democracias europeias, que se institucionalizou em 1949, com a formação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO).

A NATO assegurou aos Estados Unidos o seu estatuto como potência europeia e criou as condições para uma longa paz entre os Estados europeus, consolidada pelo processo de integração regional. A aliança ocidental e a dependência estratégica das democracias europeias foram sempre contestadas, mas a intimidade estratégica única entre os membros da comunidade de segurança pluralista do Atlântico Norte prevaleceu em todas as crises. O fim da transição unipolar, o declínio relativo dos Estados Unidos e o regresso das potências revisionistas tornam necessário corrigir os desequilíbrios na aliança. Em Washington, os isolacionistas consideram a NATO obsoleta e os realistas reconhecem a prioridade asiática como um imperativo que justifica subalternizar a prioridade europeia. Em Berlim, em Paris e em Londres, o recuo norte-americano e o imperialismo russo justificam a reavaliação da autonomia estratégica europeia, quer nos domínios convencionais, quer no domínio nuclear.

A reconstrução da defesa europeia inclui três passos importantes: primeiro, impedir a vitória da Rússia

na Ucrânia; segundo, garantir a concertação estratégica entre as potências europeias; e terceiro, restaurar a capacidade europeia de dissuasão convencional.

A Guerra Russo-Ucraniana serve para demonstrar tanto o regresso da estratégia imperialista da Rússia, como a incapacidade dos Estados Unidos para impedir o regresso da guerra à Europa, que é o principal título de legitimidade do seu estatuto na comunidade transatlântica.

Durante três anos, foi possível assegurar a unidade entre o conjunto das democracias ocidentais na defesa da Ucrânia, conter a ofensiva da Rússia e evitar tanto uma escalada vertical, como uma escalada horizontal na guerra, até à intervenção das tropas norte-coreanas em 2024.

Os Estados Unidos e a Alemanha opuseram-se à presença de forças aliadas no conflito e vetaram a entrada da Ucrânia na NATO. Essa linha é contestada pela França, que não aceita o princípio da não intervenção e defende a integração da Ucrânia na União Europeia e na NATO. A França e a Grã-Bretanha preparam o envio de uma força militar para a Ucrânia, no quadro de um acordo de cessar-fogo, e é provável que a Alemanha possa acompanhar os seus aliados europeus.

Para impedir a vitória da Rússia, a França, a Grã-Bretanha e a Alemanha têm de pôr fim à estratégia de não intervenção e garantir a sua presença militar ao lado das forças ucranianas, sem estarem dependentes da proteção norte-americana. Para as três potências europeias, a defesa da Ucrânia como um Estado europeu independente é uma questão existencial: a vitória russa significaria o fim da NATO e da União Europeia, os dois pilares da ordem multilateral da Europa das democracias.

Os Estados Unidos foram responsáveis pela concertação estratégica aliada na Guerra Russo-Ucraniana, quer no Grupo dos Sete (G7), quer no Grupo de Contacto

para a Defesa da Ucrânia, quer na NATO. A mudança das prioridades na política externa norte-americana vai testar a capacidade de concertação autónoma dos aliados europeus.

Desde novembro de 2024, os ministros da Defesa da Alemanha, da França, da Grã-Bretanha, da Itália e da Polónia passaram a reunir-se formalmente num “Grupo Europeu dos Cinco” (E5).

As cimeiras do “Triângulo de Weimar” alargado também incluem a Grã-Bretanha e a Itália. E, no dia seguinte à eleição parlamentar do novo Chanceler alemão, o Presidente francês e os chefes de Governo da Alemanha, da Grã-Bretanha e da Polónia foram juntos a Kiev para sublinhar a sua unidade na defesa da Ucrânia.

A reconstrução de um centro político europeu com a Alemanha, a França e a Grã-Bretanha é crucial para definir uma orientação estratégica comum, restaurar as capacidades militares, industriais e tecnológicas europeias e reforçar as dimensões críticas da autonomia europeia.

É urgente restaurar a dissuasão convencional europeia, com a capacidade de derrotar um ataque da Rússia contra um Estado europeu. O novo programa estratégico alemão é uma parte importante desse processo, que reclama uma revisão das prioridades económicas dos Estados europeus e das políticas da União Europeia, bem como um alargamento da base de recrutamento das forças armadas europeias e a recuperação de um espírito cívico indispensável para a defesa comum.

A dissuasão convencional é possível num prazo razoável, mas a dissuasão nuclear fica a benefício de inventários futuros. Desde logo, por um lado, o próprio conceito de dissuasão nuclear europeia não faz sentido sem um Estado europeu. Por outro lado, os exercícios franceses de partilha do seu dissuasor nuclear não têm a credibilidade indispensável neste domínio. Por último, a transformação da Alemanha numa potência nuclear,

a única forma de reforçar a capacidade nuclear europeia perante a Rússia, ainda não tem as condições políticas, incluindo as condições políticas internas, para avançar a curto prazo.

Nesse sentido, a autonomia estratégica da defesa europeia continua a ser um projeto incompleto.

A Europa Geopolítica – o Dilema Nuclear

Jorge Rodrigues

Investigador Associado do
Instituto da Defesa Nacional

A Europa enfrenta inúmeros desafios de segurança num contexto geopolítico de crescente complexidade. A invasão da Ucrânia pela Rússia, em fevereiro de 2022, e o desmembramento da ordem internacional com base no direito colocam em causa a estabilidade europeia e mundial, forçando os europeus a reconsiderar a sua abordagem de segurança e defesa – tema que tinha ficado um pouco adormecido na sequência da assumida “paz kantiana”, tão bem-intencionada como utópica.

Mas este é também um momento crítico para a Europa. Durante mais de 80 anos, a Europa e os Estados Unidos da América (EUA) beneficiaram das mais profundas relações do mundo e da aliança militar mais sofisticada e eficaz. Juntos construíram um sistema internacional baseado em regras, proporcionando estabilidade e progresso globais, apesar de pequenos atritos e do desejo de os EUA se desvincularem da Europa como parte de uma mudança estratégica mais ampla em direção à Ásia, iniciada durante a administração Obama. Todavia, os acontecimentos deste ano marcam um ponto de viragem na relação transatlântica: a administração Trump não quer que a Europa tenha sucesso. Tentará enfraquecer o

continente através de uma mistura de coerção externa e de políticas predatórias e encorajará as forças antieuropeias no seio da União Europeia (UE).

A era da aliança euro-americana do pós-Segunda Guerra Mundial terminou. Ao longo dos primeiros meses da presidência de Donald Trump, tornou-se claro para os líderes europeus que permanecer dependente dos EUA para garantir a segurança do continente seria uma aposta perigosa. A Europa tem de tomar o seu futuro nas suas próprias mãos, mediante uma estratégia clara, uma ação coletiva e uma determinação ao nível da dinâmica fundadora. No entanto, assumir a responsabilidade pela sua própria segurança não pode ser simplesmente uma questão de gerar mais vontade política, orçamentos de defesa mais elevados, processos de aquisição mais bem coordenados ou desenvolvimento de capacidades convencionais mais efetivas.

A Europa tem de definir uma orientação estratégica, no que diz respeito às suas opções nucleares. Partindo de uma posição de fragilidade estratégica, pelo menor número de ogivas, numa realidade em que apenas a França e o Reino Unido (num sentido alargado da Europa) possuem armamento nuclear, os líderes europeus têm três objetivos que gostariam de alcançar: 1) dissuasão credível e eficaz; 2) estabilidade estratégica; 3) não proliferação de armas nucleares para novos Estados. Infelizmente, a Europa dificilmente poderá alcançar todos os objetivos, pelo que será necessário tomar decisões a longo prazo.

A primeira opção da Europa, na ausência de proteção dos EUA, seria escolher uma combinação de não proliferação e estabilidade estratégica. Neste cenário, a França e o Reino Unido continuariam a ser as únicas potências nucleares da Europa e nenhum outro país adquiriria armas nucleares. As duas

potências nucleares da Europa continuariam a manter arsenais dedicados principalmente a fornecer uma capacidade confiável de segundo ataque, em vez de oferecerem extensas opções de primeiro uso. Este cenário poderá carecer de credibilidade e fragilizar a “linha da frente”, particularmente os Estados Bálticos, vulneráveis a incursões russas limitadas, com ameaça de uma ação nuclear contra a Europa. Tais ameaças seriam credíveis, dada a vantagem esmagadora da Rússia sobre a França e o Reino Unido, em termos de escala e diversidade do seu arsenal.

Um segundo cenário seria a Europa optar pela não proliferação e por uma dissuasão credível. A França e o Reino Unido continuariam a ser as únicas potências nucleares, mas a Europa iria contar com uma dissuasão alargada proporcionada pelos seus dois Estados nucleares. Para dissuadir um ataque russo a Estados da Europa Oriental, a França e o Reino Unido teriam de expandir as suas opções nucleares de nível tático e indicar a vontade de as utilizar, incluindo o eventual emprego em primeiro lugar, abandonando a estabilidade estratégica.

A opção final para a Europa, na ausência de garantias de segurança dos EUA, seria optar por uma dissuasão credível e estabilidade estratégica, sacrificando o compromisso do continente com a não proliferação. Neste cenário, as potências nucleares da Europa manteriam arsenais nucleares orientados para a retaliação, em vez de primeiro uso, mantendo assim a estabilidade estratégica. Mas se uma postura nuclear orientada para a retaliação oferecer dissuasão credível contra ameaças nucleares convencionais ou limitadas russas, as armas terão de estar sob o controlo de Estados para os quais a ação militar russa representaria uma ameaça existencial, e não apenas da França e do Reino Unido, que, em virtude da sua distância da Rússia, não enfrentam o mesmo risco que

aqueles que estão na linha da frente. A Europa precisa de tomar opções estratégicas de longo prazo e a questão das armas nucleares é uma das mais relevantes. O ressurgimento da Europa como ator geopolítico forte e respeitado depende muito das decisões políticas que forem tomadas nos próximos meses. A resiliência, já demonstrada em momentos críticos anteriores, será determinante para a defesa da soberania e segurança da Europa, constituindo não só uma gestão de risco, mas também uma oportunidade de prosseguir o sonho europeu: uma Europa forte, mas com respeito pelos seus princípios fundadores.

A Perspetiva das Crises Complexas e da Preparação Adaptativa

Carlos Coutinho Rodrigues

Assessor de Estudos do
Instituto da Defesa Nacional

Pensar os desafios complexos que a União Europeia (UE) e os seus Estados-membros enfrentam, num cenário geopolítico volátil, carece de análise informada e de debate. O “retorno dos impérios” representa o desafio fundamental para uma nova visão sobre o multilateralismo e a cooperação baseada em regras, ao colocar em causa a democracia liberal e as parcerias, e exacerbando, no ambiente estratégico internacional, a incerteza, a competição, a urgência, as tensões e a conflitualidade violenta, com efeitos de cascata em crises complexas, fraturando e polarizando Estados e sociedades. São aplicados múltiplos instrumentos nas relações de competição, cooperação e conflito, com o recurso conjugado de modalidades e tecnologias civis e militares, económicas e psicológicas, sociais e culturais, informacionais e de comunicação, muitas já utilizadas de

forma trágica no século XX. Outras, profundamente disruptivas, vão tipificando o século XXI, cumprido já um quartel com crises sistêmicas de impactos globais e de ordem diversa. Os Estados, as sociedades, as comunidades e os indivíduos são participantes ativos em transformações raras na história recente da humanidade, que obrigam, como conceptualizavam os clássicos gregos, a uma capacidade adaptativa, quase de sobrevivência, para criar uma realidade de longo prazo. Não deixando de incorporar elementos conservadores, essa nova realidade seria uma resultante de momentos críticos, decisivos, transformadores, um tempo de decisão e de crise contemplando desafios e oportunidades.

Como tal, a preparação adaptativa remete para questões estruturais e de longo prazo, nas quais a governança, estando obrigada a agilizar respostas de gestão e de mitigação, é confrontada em simultâneo com a necessidade de pensar, planejar estrategicamente e de desenvolver a prospectiva requerida por processos de decisão complexos com forte impacto nas políticas públicas e na vida das instituições e das sociedades.

Algumas questões se colocam: Como identificar os riscos axiomáticos acima enunciados, recorrendo à análise antecipatória e à previsão estratégica a que acresce o alerta precoce, base de ações abrangentes e coordenadas? Como integrar de forma multissetorial a preparação civil e militar, superando práticas polarizadoras, reforçando a resiliência com um poder adaptativo sistémico, condição necessária para uma União Europeia estrategicamente autónoma e aberta aos novos domínios de cooperação? Como garantir a geração, estruturação e operacionalização de capacidades multidomínio, coordenadas a nível nacional e europeu com os aliados e parceiros? Como promover a cooperação sistémica civil-militar, envolvendo defesa e forças armadas, sistemas de segurança interna,

forças e serviços de segurança, sistemas de emergência e proteção civil, sistemas de *intelligence*, de forma integrada, nacional e europeia, designadamente no âmbito de uma abordagem integrada da gestão de crises em lógicas *whole-of-government approach*, *whole-of-society approach* e *all-hazards*? Como aumentar a sensibilização, a cultura de segurança, a resiliência e a capacidade adaptativa das instituições, das sociedades, das comunidades, das famílias e dos cidadãos europeus?

Enunciam-se de forma breve alguns desafios que se colocam no âmbito acima exposto. Nesses desafios, uma análise produtiva da crise pode associar os pontos críticos de decisão a oportunidades criativas de transformação, concorrendo para uma nova condição de segurança e bem-estar, sustentável e justa, a longo prazo:

— uma nova mentalidade para enfrentar uma nova realidade, incerta e volátil, em que preparar vai traduzir novas perspetivas de defesa dos valores e interesses fundamentais, apresentar a segurança como base e um bem público com um elevado nível de confiança dos cidadãos nas instituições¹;

— a densificação e legitimação democrática do “papel” da UE e das suas instituições como ator político, económico e de segurança, tomando em consideração os “papéis” e soberania dos Estados-membros;

— as novas parcerias e a cooperação, os novos equilíbrios internacionais e o multilateralismo complexo, num mundo relacional crescentemente multipolar e de poderes difusos;

— a necessidade de um plano político, jurídico e estratégico de resposta da UE, em caso de agressão armada contra um Estado-membro, um ponto central da preparação, conjugado com outras ameaças vitais;

— a importância da capacidade de agir em política externa e de segurança, observada uma tendência de securitização da política externa da UE, que pode adiar a respetiva

reforma;

— a europeização do pilar europeu na OTAN, a comunitarização da PESC e da PCSD, a política económica de defesa, a securitização de acordos com países terceiros, a priorização da segurança de recursos e infraestruturas;

— a diplomacia da União Europeia, sua preparação e credibilização;

— os novos desafios da “preparação por *design*” compreendendo o quadro legal e normativo, estruturas regulatórias e instrumentos de financiamento, organização da economia e empregabilidade, transições gémeas ecológica e digital, resiliência das novas cadeias de valor e fluxos de recursos e bens;

— o processo de “rearmamento” da Europa, as lacunas e os obstáculos políticos; a coordenação e o risco de fundos nacionais serem alocados a áreas não prioritárias ou destinos marginais; a sensibilidade dos mercados financeiros, os riscos da ativação da cláusula de escape nacional e os instrumentos alternativos; a “ambiguidade criativa” associada a propostas generalistas que permitem múltiplas interpretações, como a participação de países terceiros em consórcios de aquisição; a questão da legitimidade democrática e supervisão parlamentar, designadamente do Parlamento Europeu, sobre as iniciativas e planos de defesa da UE, ligada ao risco de ausência do debate público e do consenso societal, questão que se relaciona com a lacuna estrutural de uma perceção comum de ameaça e conseqüente política externa e de segurança europeia, que tende a priorizar objetivos e interesses nacionais, em vez dos coletivos.

A dinâmica transformacional e o vasto conjunto de desafios colocados à Europa parecem, de facto, constituir um tempo único de reflexão e de decisão sobre tudo o que irá projetar-se até meados do século XXI. Como outrora na Grécia Antiga, de alguma forma, seremos confrontados pela relação estabelecida entre o crítico e a tragédia, associando-se o momento

crítico a julgamento e a decisão, numa dialética marcada pela oportunidade e pela transformação – elementos fundamentais de uma crise produtiva.

Notas

¹O ponto de partida da preparação é que os cidadãos da UE confiem que vale a pena proteger e defender a comunidade política em que vivem. Segundo uma sondagem do Eurobarómetro (Estados-membros, na primavera de 2025), 77% dos entrevistados confirmaram o seu apoio à política comum de segurança e defesa (PCSD) da UE e 71% afirmaram desejar que a UE faça mais para reforçar a produção de equipamentos militares. Regista-se também uma consciencialização crescente quanto à necessidade de preparação para desastres. Em setembro de 2024, 58% dos entrevistados declararam não se considerar bem preparados para uma crise na área onde vivem. Quase dois terços afirmaram sentir necessidade de dispor de mais informações para se prepararem para desastres e emergências. A preparação para agressões armadas e outros cenários de ameaça extrema revela-se também essencial.

Países-Terceiros e o Rearmamento da Europa

Bruno Oliveira Martins

Peace Research Institute Oslo e
Instituto da Defesa Nacional

Os planos destinados a materializar o projeto de rearmamento da Europa, que estão em curso, têm várias implicações no seio da União Europeia (UE) e da NATO, nas sociedades europeias e na própria natureza da UE, enquanto projeto político. Mas há uma dimensão que tem sido menos explorada, que é o impacto que o rearmamento da Europa irá ter em países terceiros, isto é, países não membros daquelas organizações. Esta questão abre várias possibilidades de análise e

manifesta-se em vários domínios. Aqui vamos analisar dois deles: novos acordos de segurança e novas dinâmicas comerciais.

Novos acordos

O aumento do comprometimento da UE com a sua segurança repercute-se em outros países que veem novas possibilidades de cooperação. Um caso paradigmático é a Noruega, que em maio de 2024 assinou com a UE uma nova Parceria de Segurança e Defesa, elevando as relações UE-Noruega para um nível mais elevado de cooperação. O acordo tem natureza não vinculativa, mas cria novos incentivos políticos e novas formas de cooperação, diálogo e partilha de informação, focando-se num vasto leque de temas, tais como: paz internacional e gestão de crises; segurança marítima; segurança e defesa espacial; cibersegurança; combate a ameaças híbridas; resiliência de infraestruturas críticas; combate ao terrorismo e prevenção/combate ao extremismo violento; Mulheres, Paz e Segurança; entre outros. Ainda antes deste novo acordo, a Noruega era já um parceiro muito próximo da UE, em termos de cooperação em defesa: participava em iniciativas como a PESCO, o Fundo Europeu de Defesa (é o único país não membro da UE que participa neste programa, por enquanto), compras colaborativas de munições e em missões da Política Comum de Segurança e Defesa. Um outro exemplo relevante é o Reino Unido. Em maio de 2025, foi assinada uma Parceria de Segurança e Defesa para facilitar o diálogo regular de alto nível e enquadrar consultas estratégicas e iniciativas conjuntas, abrindo a possibilidade de o Reino Unido participar em iniciativas específicas de defesa da UE. As áreas cobertas são muito semelhantes às acima elencadas no caso da Noruega, mostrando uma consistência nas prioridades da UE que é importante assinalar. Outros países próximos da UE em matéria de defesa poderão seguir este formato. Por exemplo, o parlamento da Suíça está, neste

momento, a discutir essa possibilidade. Mas o caso em que a cooperação em matéria de defesa entre a UE e um país terceiro mais avançou a seguir à plena invasão russa de 2022 é justamente a Ucrânia. A UE colocou-se claramente do lado da Ucrânia no conflito com a Rússia, do ponto de vista político, mas também do ponto de vista operacional, assinando sucessivos acordos que transferiram meios financeiros, equipamento militar e munições em grande escala, certamente numa escala nunca vista, no contexto do apoio de Bruxelas a uma parte envolvida num conflito militar ativo. Em junho de 2024, a UE e a Ucrânia assinaram um documento estabelecendo compromissos de segurança conjuntos (*Joint Security Commitments*) e, em setembro de 2024, a UE inaugurou um gabinete em Kiev dedicado exclusivamente a fomentar inovação tecnológica no domínio da defesa.

Este *EU Defence Innovation Office* (EUDIO) em Kiev é, portanto, uma novidade interessante, que pode servir de modelo para futuros acordos com países terceiros nesta fase de rearmamento na Europa. O EUDIO atua como ponto focal junto das autoridades ucranianas para explorar as necessidades e capacidades militares e de defesa na fase de I&D; identifica os desafios e as oportunidades na cooperação UE-Ucrânia na inovação em matéria de defesa; apoia a cooperação entre aqueles que na Ucrânia desenvolvem inovações e as indústrias de defesa da UE, fomentando a integração da Ucrânia no ecossistema da indústria de defesa da UE; e, por fim, tem como objetivo reforçar a cooperação entre as indústrias de defesa da UE e da Ucrânia, preparando o envolvimento da Ucrânia nos futuros programas de defesa da UE.

Novas dinâmicas comerciais

As necessidades operacionais europeias urgentes, reveladas nos primeiros meses que se seguiram à plena invasão russa da Ucrânia, levaram vários Estados-membros a procurar soluções de curto prazo,

comprando equipamento a Estados terceiros. Naturalmente, os Estados Unidos foram o mercado privilegiado, mas houve vários casos em que as aquisições foram feitas noutras latitudes. A Polónia, por exemplo, comprou vastas quantidades de equipamento à Coreia do Sul, assim como drones à Turquia. Diferentes Estados-membros compraram tecnologia israelita, ainda que a atuação das forças armadas israelitas em Gaza esteja naturalmente a levar a que empresas do país tenham maior dificuldade de penetração no mercado europeu, por vezes vendo bloqueada a sua participação em feiras tecnológicas.

O programa ReArm Europe apresenta 2030 como baliza temporal ideal, sinalizando que grande parte dos fundos que estarão disponíveis no âmbito do programa SAFE (*Security Action for Europe*) deverá ser utilizado até esse ano. O SAFE é um novo instrumento financeiro da UE que colocará ao dispor dos Estados-membros até 150 mil milhões de euros em empréstimos apoiados pelo orçamento da UE. Mas se o objetivo for mesmo gastar até 2030, onde irão os Estados-membros comprar, considerando que as indústrias de defesa do continente ainda não têm as soluções para as necessidades operacionais? O mais provável é que esses fundos venham a ser gastos em mercados de países terceiros, o que contraria a lógica de autonomia estratégica fomentada por Bruxelas. Dito de outra forma, a urgência em suprir necessidades de curto prazo é algo que funciona contra a desejada autonomia estratégica – revelando uma vez mais a complexidade deste objetivo e a dificuldade em atingi-lo.
